

Ano II, N. 03

Coletâneas
do
Nossa
Tempo

Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História
Campus de Rondonópolis

1998

Ed 

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca Central/UFMT

Coletâneas do Nosso Tempo/ Departamento de História de Rondonópolis (do) Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
EdUFMT, vol. 3, n.º 3 (1998) - v.: il.; 16,6 cm

Anual

I. Universidade Federal de Mato Grosso
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Câmpus Universitário de Rondonópolis.

CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS.

Rodovia Rondonópolis x Guiratinga km. 06.

CEP: 78.735-901 – Rondonópolis/MT – Cx. Postal – 186.

☎ (065) 422-2666 – Ramal 26 – Fax - (065) 422-1240.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO.

Editora da Universidade Federal de Mato Grosso.

Avenida Fernando Corrêa da Costa, s/n – Coxipó.

CEP: 78.060-900 – Cuiabá/MT – ☎ (065) 615-8324.

Telex: 65-1371/UFMT/Brasil BR/Fax: (065) 615-8322.

Revisão

Sueli Ferraz Afonso

Capa:

Luci Lea Lopes Martins Tesoro

Jocam Vilela da Silva

Editoração Eletrônica: *Lucien Lescano de Souza*

Apoio

Editora da Universidade Federal de Mato Grosso (EdUFMT)

Coordenador

Prof. Germano Meizo

Impressão: *Gráfica Universitária/ UFMT*

Gerente: *Pedro Brites*

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE ESPAÇO E DE TERRITÓRIO

JÚLIA ADÃO BERNARDES*
TERESA MAVIGNIER**
ANTÔNIO ALVES DA SILVA***

O ESPAÇO

Neil Smith (1988) assinala que o senso comum permanece orientado pela noção abstrata de espaço, decorrente das formulações sobre o espaço absoluto elaboradas por Newton, há mais de 300 anos. Segundo ele, a nossa percepção atual do espaço incorpora, ainda que parcialmente, a concepção de um espaço "a priori" e passivo, completamente desvinculado de seu conteúdo.

Esta noção, que vigora até os nossos dias, de um espaço constituído em si mesmo e apresentado como um receptáculo vazio se contrapõe à noção de espaço relativo, ou seja, a de um espaço repleto de objetos inter-relacionados e cuja construção está intrinsecamente ligada à existência desses objetos.

O espaço deve ser tratado na perspectiva de condição geral de um determinado modo de produção, organizado por diversas frações da sociedade. A produção do espaço compreende o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas econômicas e apropriados pelas práticas políticas (Barrios, 1986), constituindo-se na expressão material das relações sociais. (Lefebvre, 1974)

* Professora do Depto de Geografia da UFRJ.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

*** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

Na sua inovadora tese sobre "A Produção do Espaço", Lefebvre (1974) supera a concepção do espaço como um simples "a priori" e demonstra a necessidade de considerarmos o espaço como um dos aspectos fundamentais da "natureza segunda", consequência da prática social sobre a base material que constitui a "natureza primeira".

O espaço deixa de ser concebido como simplesmente natural e passa a ser compreendido como um produto. Desta forma, o espaço, além de constituir um objeto passível de troca, compra, venda ou consumo, começa a ser visto como resultante da interação de vários agentes sociais e que, uma vez produzido, passa dialeticamente a atuar como um condicionante no processo de reprodução dessas mesmas relações que o produziram.

Isto não significa que apenas o modo de produção possa estabelecer antecipadamente a conformação espacial na qual ele pretende operar, mas significa que ele dinamicamente se apropriará de um espaço pré-existente, modelando-o conforme seus interesses.

As relações sociais e econômicas não se realizam num distanciado circuito abstrato, mas, ao contrário, estão solidamente inseridas numa materialidade espacial. Portanto, é através das vias espaciais que o modo de produção veicula seus valores de troca e de uso, drenando os lucros obtidos neste processo e funcionando como um instrumento de concentração de renda.

No entanto, o espaço ultrapassa a sua própria instrumentalidade, na medida em que funciona como locus no qual as relações de forças presentes numa sociedade de classes se enfrentam, materializando os seus conflitos e as suas contradições.

Os diversos pontos mencionados indicam que a problemática espacial deve ser enfocada como uma totalidade concreta que pode ser percebida em suas

múltiplas dimensões. Nesse sentido, as práticas econômicas, um aspecto particular das demais práticas sociais, modificam o espaço físico na condição de valor de uso e de valor de troca, gerando uma dinâmica de mercado em torno do próprio espaço, dinâmica essa que inclui a produção de bens materiais e a adequação do meio ambiente circundante às necessidades sociais.

Na moderna sociedade capitalista, que é uma sociedade estratificada, essa transformação se dá no contexto dos interesses dos grupos sociais que dirigem uma forma de produção fundamentada no progresso técnico. Assim sendo, tanto o sistema produtivo instituído, como a tecnologia e as adaptações ambientais, são orientados para responder aos fins da acumulação.

Confirmando essa tendência, o incremento técnico acumulativo vem intensificando o domínio sobre a natureza, o que nos permite observar a substituição das restrições naturais pelas restrições impostas pelo espaço modificado, eliminando qualquer afirmação sobre determinismo geográfico.

Portanto, as explicações relativas ao desenvolvimento das sociedades se encontram nos processos nelas gerados. O espaço modificado é um dos produtos desses processos. Podemos afirmar que toda diferenciação social precede e predetermina toda diferenciação ecológica.

No que se refere às práticas cultural-ideológicas, "o legado cultural-ideológico pré-existente e as relações sociais e técnicas determinadas pelos modos de produção existentes são as matérias primas de que se nutrem esses processos". (Barrios, 1986)

Portanto, o espaço construído a partir das diferentes forças sociais, em diferentes momentos históricos, ganha significado através das práticas cultural-ideológicas, aparecendo como síntese de múltiplas determinações, ou seja, das práticas econômicas, políticas e cultural-ideo-

lógicas que juntamente com a tecnologia, a organização social e a cultural formam o legado histórico de uma sociedade.

Esse espaço construído é ao mesmo tempo um fato físico e um fato social em seus atributos de propriedade, valor e símbolo. Deve se considerar que as melhorias nas condições materiais de existência estão vinculadas às mudanças essenciais na estrutura das sociedades históricas e não à introdução de novas técnicas num determinado espaço que, em si, não induzem a mudanças sociais.

É possível observar que uma mesma forma espacial pode ser utilizada na sua vida útil por mais de uma organização social, na medida em que a força de inércia do espaço construído resulta numa permanência temporal que ultrapassa o ciclo de vida das sociedades concretas. (Barrios, 1986)

Se o espaço construído for compreendido como um produto global de estruturas e práticas sociais dialeticamente articuladas, a consciência do processo de produção do espaço pode se converter num poderoso instrumento de mudança social.

Através de um enfoque espacial crítico, é possível proporcionar um nível operacional para as práticas políticas, enquanto dimensão integradora dos processos sociais. Nesse sentido, os Estados vêm incorporando os aspectos espaciais aos planos setoriais de desenvolvimento, a fim de garantir coerência e funcionalidade. Com frequência, esses planos têm enfatizado os aspectos físicos e locais. Entretanto, para a consecução de certos objetivos sociais, os aspectos econômicos e políticos são elementos de grande importância estratégica.

Devemos então distinguir a planificação física, que se ocupa dos aspectos de ordenamento do território, num papel subordinado em relação aos planos sociais, da pla-

nificação regional, que levanta questões de definição de âmbitos territoriais para a ação política.

O TERRITÓRIO

A produção do espaço ao nível das práticas políticas envolve o estabelecimento de relações de dominação, constituindo a propriedade o seu eixo explicativo fundamental. As relações assimétricas na sociedade desencadeiam lutas entre diferentes grupos sociais e, nesse contexto, a propriedade é justificada mediante formulações de carácter ideológico e legitimada através da ordem jurídica. (Barrios, 1986)

O Estado desempenha importante papel no processo da acumulação capitalista, valorizando o território na condição de capital fixo e adotando medidas no sentido de regular as contradições não antagônicas e de reprimir as antagônicas, geradas por uma dinâmica social que se destina à reprodução das classes sociais. Assim, o Estado procura dar coesão interna aos elementos de um modo de produção, administrando as contradições de classe.

A presença de uma ordem institucional e jurídica, legitimada por um determinado grupo social, implica no estabelecimento de alguns limites à amplitude que conferimos ao conceito de espaço construído, conduzindo-nos a uma outra categoria de análise geográfica.

Desta forma, ao mesmo tempo que é parte indissociável do espaço, o território se apresenta como porção concreta desse espaço, delimitado por fronteiras jurídicas - ou até mesmo imaginárias, sempre com a interferência do aparato jurídico/estatal.

Este aparato jurídico/estatal regulamenta e legaliza a posse do território, que ocorre de forma desigual, caracte-

rizando o uso, também desigual, que é feito desse território.

Na atual fluidez dos movimentos globalizantes, o território também transnacionaliza seus objetos e ações, expressando os conflitos que se estabelecem entre o local e o global.

A partir da interpretação de movimentos globais e locais, o território assume uma multidimensionalidade que, por sua vez, permite múltiplos recortes, possibilitando, como afirma Santos (1994), reconhecer as verticalidades e as horizontalidades do conflitante processo que interliga simultaneamente o local e o global.

Esta multiplicidade instantânea que caracteriza o território, faz com que, em sua condição física, ele se torne o palco das contradições, dos conflitos e do constante renascer da vida social. É nesse sentido que Santos (1994) afirma que "é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social". (Santos, 1994:15)

O território é a porção de espaço construído na qual as relações de uma sociedade atingem seu maior nível de concretude, integrando as formas, os objetos, os valores e as ações na totalidade dos acontecimentos simultâneos.

É no território, uma das dimensões do espaço produzido, que o homem, incorporando a sua dimensão de mundialidade, concretiza suas ações no campo econômico, social, político e cultural.

Desta forma, o território se transforma no cenário de contradições e conflitos, que constitui a condição necessária das mudanças sociais, convertendo-se, portanto, num instrumento histórico e dialético da materialização da vida.

BIBLIOGRAFIA

- BARRIOS, Sonia (1986). "A Produção do Espaço". In: A Construção do Espaço. São Paulo, Ed. NOBEL.
- LEFEBVRE, Henri (1974). La Production de l'Espace. Paris, ANTHROPOS.
- SANTOS, Milton (1994). "O Retorno do Território". In: Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo, HUCITEC.
- SMITH, Neil (1988). Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro, BERTRAND BRASIL.